ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: UM ESTUDO INTERSECCIONAL

Roseane Perin[1]
Rossana Dias Oliveira [2]
Douglas Christian Ferrari de Mello[3]

INTRODUÇÃO

Toda investigação científica que se pretenda rigorosa e eticamente comprometida deve constituir-se do respeito e da escuta atenta das histórias que vieram antes de nós. No campo da educação inclusiva, esse compromisso ético e político nos convoca a enxergar além do diagnóstico clínico e medicalizante. É preciso reconhecer que a experiência das pessoas com deficiência visual não é definida apenas pela restrição sensorial ou orgânica, mas é historicamente construída no encontro com barreiras físicas, atitudinais, urbanas e na permanente luta por acessos sociais. Quando a instituição escolar ignora a riqueza e a complexidade dessas vivências, ela acaba por "deficientizar" o estudante, limitando um potencial de desenvolvimento humano que deveria florescer plenamente nas interações pedagógicas e sociais.

Esta pesquisa configura-se como um desdobramento direto da dissertação de mestrado em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A escolha investigativa pela Rede Municipal de Ensino de Vitória (ES) fundamenta-se na vivência profissional e no cotidiano dessas escolas, onde a trajetória da autora na área da Educação Especial se consolidou e tencionou reflexões fundamentais. Sob a perspectiva geográfica e crítica de Milton Santos (2000, 2004), que nos ensina como o território usado é produzido de forma profundamente assimétrica e desigual, e a lente conceitual da interseccionalidade de Angela Davis (2016), pretendemos denunciar o fenômeno da "dupla penalização".

[1]Graduanda do Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, perinroseane2@gmail.com;
[2]Mestre em Educação pelo Curso de Mestrado Profissional da Universidade Federal do Espírito - UFES, rossanadiasoliveira@gmail.com;
[3]Professor orientador: Doutor em Educação no Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação-CE/PPGMPE/Ufes, dochris.ferrari@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

A dupla penalização não se limita aos contornos biológicos do corpo, mas incide diretamente sobre o lugar social e geográfico que esse corpo ocupa no espaço urbano: um cruzamento perverso onde o capacitismo, o racismo estrutural, o machismo e a segregação espacial se articulam para decidir quem terá assegurado o direito de aprender e de ser ouvido nas instâncias públicas. Ademais, este artigo busca enfrentar o histórico silenciamento acadêmico e institucional sobre o tema no cenário capixaba e brasileiro.

O objetivo central deste trabalho é sistematizar a produção acadêmica recente (2020–2025), analisando criticamente as lacunas teóricas, a distribuição geográfica do conhecimento e a escassez de dados que evidenciam como a distância dos centros de recursos pedagógicos, aliada à precariedade urbana, realidades palpáveis nos territórios periféricos da Grande Vitória, aprofunda a exclusão do estudante com deficiência visual.

Sinteticamente, o percurso metodológico do tipo Estado do Conhecimento percorreu cinco grandes bases de dados nacionais e internacionais (CAPES, BDTD, SciELO, Scopus e Web of Science), identificando inicialmente 77 produções que foram filtradas até a constituição de um corpus analítico final de 11 obras. A análise revela a centralidade incontestável do marcador de raça articulado a gênero e classe, mas aponta um vazio e um silêncio sintomático quanto ao espaço geográfico, exigindo a territorialização do debate inclusivo para a promoção da justiça social.

Compreender o processo de escolarização e desenvolvimento de estudantes com deficiência visual na contemporaneidade exige o exercício contínuo de desconstruir olhares condicionados e arraigados na tradição pedagógica. Por longas décadas, o ambiente escolar permaneceu aprisionado ao modelo médico da deficiência, uma perspectiva que reduz o sujeito à Classificação Internacional de Doenças (CID) ou a uma "falta" biológica a ser corrigida. Nesses moldes, a centralidade do trabalho escolar recai sobre a busca pela "cura", reabilitação ou normalização técnica, ignorando que o verdadeiro obstáculo não reside na condição sensorial, mas na incapacidade da estrutura social e escolar em acolher e valorizar a diferença humana.

Superar esse paradigma reducionista significa abraçar de forma categórica o Modelo Social da Deficiência, no qual o foco analítico se desloca do impedimento físico do indivíduo para as barreiras de atitude, arquitetônicas e institucionais produzidas pela sociedade (DINIZ, 2007; MELLO; NUERNBERG, 2012). Para dar

ISSN: 2358-8829

sustentação pedagógica e psicológica a essa transição, recorremos à Teoria Histórico-Cultural desenvolvida por Lev Semionovitch Vigotski (2022). O pensamento vigotskiano revela-se vital para esta investigação pois desestabiliza a visão puramente negativa do defeito orgânico e o insere na teia das determinações sociais.

Conforme destaca Costa (2006, p. 233), o olhar de Vigotski propõe uma abordagem essencialmente dialética: a existência de um impedimento sensorial ou físico revela, simultaneamente, a emergência de caminhos de compensação e caminhos alternativos de desenvolvimento psíquico e aprendizagem cultural. O desenvolvimento humano é, por definição, um processo mediado pelas ferramentas da cultura e pelas interações com o outro, sendo o ambiente social o grande catalisador ou limitador dessas possibilidades adaptativas.

Contudo, para que a compreensão do sujeito com deficiência seja integral, torna-se imprescindível situá-lo em sua totalidade política e histórica. Incorporamos a lente ética e conceitual da interseccionalidade, fundamentada no pensamento de Ângela Davis (2016), compreendendo como os marcadores de raça, gênero e classe se entrelaçam continuamente no espaço vivido. Davis (2016) argumenta com firmeza que essas categorias de opressão não podem ser fatiadas ou analisadas isoladamente, uma vez que elas se informam, constituem e potencializam mutuamente nos arranjos do capital.

Essa perspectiva analítica ganha densidade teórica ao ser articulada com a sociologia crítica de Florestan Fernandes (1978b), fundamental para desvelar as raízes históricas e estruturais que alimentam o capacitismo e a marginalização racial no Brasil pós-abolicionista. Fernandes demonstra como a inserção subordinada da população negra na sociedade de classes brasileira produziu desigualdades persistentes que continuam a repercutir no interior das salas de aula públicas.

Ao cruzar a reflexão sociológica e interseccional com a ciência geográfica de Milton Santos (1978, 2000, 2004), as vivências dos estudantes com deficiência visual na cidade de Vitória ganham contornos concretos. Santos nos ensina que o espaço geográfico não constitui mero suporte passivo para a ação humana, mas sim um agente social ativo, impregnado de relações de poder, técnica, tempo e emoção. A forma como o espaço é organizado, distribuído e apropriado reproduz e aprofunda as injustiças sociais.

ISSN: 2358-8829

As desvantagens enfrentadas por estudantes de áreas periféricas, como a escassez de infraestrutura urbana, distância dos equipamentos especializados de apoio, são reflexos de uma segregação territorial que se soma e se funde às opressões de raça, classe e deficiência. Assim, dar visibilidade a essas trajetórias escolares permite transcender dados estatísticos frios, revelando o território de Vitória/ES como uma estrutura que demandam profundas e urgentes transformações.

METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se por uma abordagem de métodos mistos, de natureza descritivo-analítica (PRODANOV; FREITAS, 2013), articulando o mapeamento quantitativo de dados institucionais, a pesquisa de campo qualitativa e o levantamento bibliográfico do tipo Estado do Conhecimento (CAMPOS et al., 2023).

A etapa quantitativa contempla o levantamento e a análise de dados extraídos do Sistema de Gestão Escolar (SGE) do Município de Vitória, abarcando a totalidade dos estudantes com deficiência visual matriculados na rede municipal de ensino: 44 alunos no Ensino Fundamental e 12 na Educação Infantil. Esse mapeamento quantitativo permite construir o perfil sociodemográfico e educacional da população investigada.

A etapa qualitativa fundamenta-se na realização de entrevistas semiestruturadas em dez unidades de ensino estrategicamente selecionadas por sua diversidade geográfica e socioeconômica no município de Vitória. A fim de garantir uma apreensão multidimensional do fenômeno, o campo de escuta engloba os diferentes sujeitos do ecossistema escolar:

1. Estudantes com deficiência visual matriculados nas unidades de ensino selecionadas;
2. Professores de Educação Especial atuantes no Atendimento Educacional Especializado (AEE);
3. Pedagogos e diretores escolares, responsáveis pela gestão pedagógica e administrativa das unidades;
4. Um representante de cada família, assegurando a compreensão do contexto sociocultural e territorial do estudante.

ISSN: 2358-8829

Para contextualizar a produção acadêmica nacional, realizou-se paralelamente um Estado do Conhecimento em cinco bases de dados (Portal de Periódicos CAPES, BDTD, SciELO, Scopus e Web of Science) entre os anos de 2020 e 2025. O levantamento inicial resultou em 77 trabalhos, os quais foram filtrados mediante leitura de títulos, resumos e textos integrais, culminando em um corpus analítico final de 11 produções focadas na interseccionalidade e na deficiência visual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao nos debruçarmos sobre o conjunto do corpus final, percebe-se que a ciência brasileira viveu um deslocamento epistêmico vital nos últimos anos: a deficiência deixou de ser compreendida apenas como tragédia pessoal ou patologia para ser lida e afirmada como experiência política, cultural e social. O Quadro 1 sintetiza o mapeamento dos 11 trabalhos selecionados, facilitando a visualização e a consulta das produções que compõem o estado da arte do período (2020–2025):

QUADRO 1 — Mapeamento da produção acadêmica selecionada sobre Interseccionalidade e Deficiência Visual (2020–2025)

Autor (Ano)	Tipo	Instituição/ Revista	Marcadores Sociais	Foco Principal
Cavalcanti (2020)	Dissertação	UFPR	Classe e Deficiência.	Significação do braille e expectativas de escolarização.
Pereira (2022)	Dissertação	UERJ	Raça, Classe, Gênero e Deficiência.	Impactos do Zika vírus e invisibilidade de mães negras.
Irineu (2022)	Dissertação	UNIFESP	Raça, Gênero e Etnia.	Interseccionalidade na Educação Infantil e pequena infância.
Silva A. (2022)	Dissertação	USP	Raça e Deficiência	Trajetórias escolares de crianças negras e com deficiência.
Fernandes (2023)	Dissertação	UFSM	Raça, Classe, Gênero e Deficiência.	Subjetividades de adolescentes com deficiência no Ensino

				Médio.
Silva G. (2023)	Dissertação	UNIVILLE	Raça e Deficiência	Racismo e capacitismo no acesso e permanência escolar.
Ruas (2023)	Tese	PUC-MG	Raça, Classe, Gênero.	Pedagogia Interseccional e resistência na Educação de Jovens e Adultos.
Gouveia et al (2023)	Artigo	Revista Estudos IAT	Raça, Classe, Gênero.	Combate à lógica meritocrática e a avaliação punitiva que ignora a desigualdade.
Neves & Cunha (2023)	Artigo	Revista diálogos Interdisciplinares	Raça e Etnia	Defende o acolhimento do sujeito racializado e o fim da dupla marginalização.
Dantas et al (2014)	Artigo	Revista Brasileira de Educação Especial	Gênero/ Autonomia	Protagonismo e autoadvocacia e o direito ao desejo e à singularidade.
Mello & Nuernberg (2012)	Artigo	Estudos Feministas	Gênero/ Deficiência	Transforma o “objeto de intervenção” em sujeito político de direitos.

Fonte: Dados do Banco de Teses e Dissertações da Capes, SciELO e Scopus elaborados pela autora.

A dissertação de Cavalcanti (2020) faz um alerta sobre a "deficientização" social e geográfica. O autor demonstra que a escola precisa ser redesenhada para além do mero acesso técnico, transformando-se em um ecossistema de interdependência que considere o que Santos (2000) conceitua como as "rugosidades do espaço". Um achado marcante em sua pesquisa é o modo como a classe social articulada ao território vulnerável compromete o uso das tecnologias assistivas: o medo da violência urbana nas periferias e a inacessibilidade física das calçadas competem diretamente com o desejo do aluno de aprender e locomover-se com autonomia.

Deslocando a análise para a Baixada Fluminense, Pereira (2022) investiga o cotidiano de famílias afetadas pela Síndrome do Zika Vírus. Sua dissertação constitui um manifesto contra a invisibilidade impostas às mães negras e pobres. Apoiando-se na Teoria Histórico-Cultural de Vigotski, Pereira ilumina como a omissão estatal aprisiona essas mulheres em ciclos de extrema miserabilidade. A autora denuncia que as barreiras

ISSN: 2358-8829

ao desenvolvimento infantil iniciam-se muito antes da matrícula escolar, entranhadas em uma estrutura sexista e racista que invisibiliza o extenuante trabalho de cuidado realizado por mulheres periféricas.

No âmbito da Educação Infantil, Irineu (2022) pontua que a interseccionalidade ainda figura como uma categoria recente e pouco operacionalizada nas pesquisas com a pequena infância. A autora argumenta que, embora os marcadores sociais comecem a ser citados, a deficiência frequentemente permanece atrelada a nós clínicos difíceis de desatar. Escrito sob o impacto da pandemia de COVID-19, o trabalho convoca os educadores infantis a utilizarem a interseccionalidade como instrumento de denúncia social e de afirmação de direitos desde a pré-escola.

Mergulhando no viés racial, Silva (2022) evidencia como o desenvolvimento humano do estudante negro com deficiência é sufocado pelo racismo institucional e pelo mito da democracia racial na escola. A omissão do debate de raça nas práticas pedagógicas da Educação Especial não representa neutralidade, mas uma forma velada de perpetuar privilégios e desigualdades estruturais.

Essa realidade reflete o cotidiano dos 44 estudantes do Ensino Fundamental e 12 da Educação Infantil mapeados no SGE de Vitória, cujas vivências urbanas em bairros periféricos impõem barreiras adicionais ao acesso às escolas e aos centros de atendimento especializado.

A escuta realizada nas dez unidades de ensino por meio das entrevistas semiestruturadas com estudantes, familiares, professores de Educação Especial, pedagogos e diretores evidencia que as trajetórias escolares são profundamente atravessadas pelo lugar que o estudante ocupa na cidade. Os relatos dos familiares e dos docentes convergem para a denúncia da "dupla penalização": estudantes negros e de menor renda residentes em territórios vulneráveis enfrentam maior escassez de recursos de mobilidade, transporte adaptado e apoio suplementar, confirmando as teses de Milton Santos (2004) sobre o espaço como agente produtor de assimetrias.

Por outro lado, o diálogo com os professores de Educação Especial e pedagogos ilumina os caminhos de compensação e mediação pedagógica destacados por Vigotski (2022). O trabalho pedagógico ganha relevo quando consegue desatar os nós clínicos e focar no desenvolvimento das funções psíquicas superiores mediadas por ferramentas tecnológicas e de linguagem (como o sistema Braille e audiodescrição). Contudo, a efetividade dessas práticas depende intrinsecamente do suporte institucional

ISSN: 2358-8829

e da superação das barreiras de atitude e de infraestrutura denunciadas tanto pela literatura quanto pelas vozes das famílias.

Os achados teóricos e empíricos coletados durante as etapas da pesquisa estruturarão o Podcast "Vozes Cruzadas". Concebido como um produto educacional, o podcast visa transpor o conhecimento científico produzido na universidade para o cotidiano escolar, disponibilizando a professores, gestores e à comunidade ferramentas práticas para combater o capacitismo, o racismo e as desigualdades territoriais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso reflexivo, documental e empírico empreendido neste estudo permite constatar que a interseccionalidade se consolidou como um pilar teórico, ético e político indispensável para o avanço de uma Educação Inclusiva genuinamente transformadora. A denúncia da articulação intrínseca entre capacitismo, racismo, machismo e segregação territorial oferece subsídios essenciais para desarmar as lógicas de normalização que historicamente medicalizam a deficiência e culpabilizam os sujeitos por suas interrupções escolares.

Ao articular o levantamento bibliográfico do Estado do Conhecimento aos dados quantitativos do Sistema de Gestão Escolar (SGE) e à escuta qualificada das entrevistas semiestruturadas com estudantes, famílias, professores de Educação Especial, pedagogos e diretores de dez unidades de ensino de Vitória, este trabalho enfrenta uma lacuna central identificada na literatura nacional: o silêncio analítico sobre o marcador territorial. A apreensão do "espaço vivido" (SANTOS, 2004) revela que as barreiras de acessibilidade, a topografia acidentada e a distribuição desigual de equipamentos urbanos na capital capixaba operam como vetores ativos de marginalização, aprofundando as assimetrias vivenciadas por estudantes negros e de baixa renda.

Ademais, a escuta direta dos sujeitos do ecossistema escolar coloca em evidência que, embora a estrutura urbana e institucional imponha limites severos, a mediação pedagógica fundamentada na teoria histórico-cultural de Vigotski (2022) emerge como terreno fecundo de resistência, criação e compensação social. Reconhecer essas vivências singulares e territoriais constitui o passo decisivo para superar diagnósticos puramente quantitativos ou abstrações descontextualizadas sobre a inclusão escolar.

Nesse contexto, o produto educacional Podcast "Vozes Cruzadas" assume o papel estratégico de ponte entre a produção acadêmica e o chão da escola. Ao traduzir e circular as vozes, denúncias e proposições emergentes do campo, a ferramenta busca instrumentalizar professores e equipes gestoras com saberes práticos voltados ao combate ao capacitismo e à promoção da equidade territorial. Almeja-se, em última análise, subsidiar a formulação de políticas públicas mais sensíveis à pluralidade dos estudantes, consolidando a rede municipal de ensino como um espaço de garantia de direitos, justiça social e emancipação humana.

Palavras-chave: Deficiência Visual, Educação Especial; Educação Inclusiva; Interseccionalidade,

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Lívia Rezende Miranda et al. **A revisão bibliográfica e a pesquisa bibliográfica numa abordagem qualitativa.** Cadernos da FUCAMP, Monte Carmelo, v. 22, n. 57, p. 1-18, 2023.

CAVALCANTI, A. S. **O ensino do Braille e a escolarização de estudantes com deficiência visual:** uma análise interseccional entre classe e deficiência. 2020. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

COSTA, Daniela Aparecida Ferreira da. **Superando limites:** a contribuição de Vygotsky para a educação especial. Revista Psicopedagogia, São Paulo, v. 23, n. 72, p. 232-240, 2006.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Entrelace entre Gênero, Sexualidade e Deficiência:** uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, out./dez. 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência.** São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, n. 352).

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos. São Paulo:** Difel, 1978b.

FERNANDES, M. R. **Subjetividade e deficiência no Ensino Médio:** entrelaçamentos entre raça, gênero e capacitismo. 2023. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2023.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza; FARIAS, Rosane de Abreu; SILVA, Rosemary Lopes Soares da. **Educação básica, trabalho pedagógico e avaliação da aprendizagem:** relação com a interseccionalidade. Revista Estudos IAT, Salvador, v. 10, p. 1-16, 2023.

IRINEU, L. C. I**nterseccionalidade na Educação Infantil:** infâncias, raça e deficiência. 2022. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. **Gênero e deficiência:** interseções e perspectivas. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, set./dez. 2012.

PEREIRA, K. M. **Mães da Zika e a invisibilidade negra:** interseccionalidade e deficiência visual no Rio de Janeiro. 2022. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RUAS, T. C. **Pedagogia da Resistência e Interseccionalidade na EJA:** trajetórias de estudantes com deficiência visual. 2023. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova:** da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

SILVA, A. J. **Trajetórias escolares e o marcador racial:** a experiência de estudantes negros com deficiência visual. 2022. 125 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, G. L. **Racismo e capacitismo no cotidiano escolar:** desafios para a permanência de estudantes com deficiência. 2023. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2023.

VIGOTSKI, Lev Semionovich. **Obras Completas – Tomo Cinco:** Fundamentos de Defectologia. Cascavel: EDUNIOESTE, 2022.